

## **O exercício de votar e não aclamar**

Por Eduardo H. Fontenla \*

A economia social e a democracia são dois fenómenos que se correspondem, uma vez que o funcionamento da economia social requer plena democracia para a boa governação e o reforço do pluralismo.

Compreendemos etimologicamente o conceito de democracia como o governo do povo, lembrando que é, afinal, uma forma de governo, a mais conhecida até à data (Giovanni Sartori 1924-2017).

Assim, com base nos fundamentos doutrinários das organizações de economia social e a partir da observação dos costumes e práticas actuais, gostaria de introduzir uma reflexão sobre a necessidade de rever a prática de voto por aclamação para a tomada de decisões nas assembleias de membros de cooperativas e mútuas.

O segundo princípio cooperativo de controlo democrático dos membros da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) declara que: "As cooperativas são organizações democráticas controladas pelos seus membros, que participam activamente na definição das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e mulheres que servem como representantes eleitos são responsáveis perante os membros. Nas cooperativas primárias, os membros têm direitos de voto iguais (um membro, um voto) e as cooperativas a outros níveis estão também organizadas democraticamente".

Daqui surge a fórmula - um membro, um voto - que coloca a pessoa no centro, subordinando assim o capital ao membro individual e não dando o voto do capital e o poder de decisão.

Os princípios da ACI de 1995, o terceiro princípio "Participação económica dos membros" e o quarto princípio "Autonomia e independência", complementam, orientam e contribuem para o caminho democrático.

Por sua vez, o princípio democrático da mutualidade afirma: "O sistema democrático no seu sentido mais profundo é expresso e concretizado na mutualidade, a igualdade é concretizada na utilização dos serviços sociais, na participação com um voto dos membros activos, na presença e responsabilidade de todos nas assembleias soberanas".

Com base nestas orientações e directivas doutrinárias, as leis nº 20321 e nº 20337 sobre as mútuas incluem e confirmam a validade da democracia entre as suas características essenciais de identidade e organização.

A título de ilustração, citamos o artigo da lei sobre cooperativas que legisla sobre o voto: art. 2, parágrafo 3: "Concedem um voto a cada membro, qualquer que seja o número das suas quotas, e não concedem qualquer vantagem ou privilégio aos iniciadores, fundadores e membros do conselho, nem qualquer preferência a qualquer parte do capital".

O Artigo 21 da Lei Mutual estabelece que "Os membros participarão pessoalmente e com apenas um voto nas Assembleias, não sendo admissível o voto por procuração. Os membros do Conselho de Administração e do Órgão de Fiscalização não votarão em assuntos relacionados com a sua gestão...".

### **Afirmação democrática**

Portanto, a democracia igualitária na pluralidade é um autêntico pilar na organização, gestão,

controlo e desenvolvimento sustentável das entidades da economia social, que deve ser visto de forma sistémica juntamente com os outros princípios e valores...".

Em suma, a democracia reconhece a totalidade do vínculo associativo. É um exercício de racionalidade e é um aspecto inseparável do sistema de auto-governo e auto-controlo das mútuas e cooperativas, que é legitimado pela participação dos membros.

Ao mesmo tempo, assume que pode haver desacordos e que é precisamente um mecanismo de coexistência para resolver conflitos sem pôr em risco a institucionalidade das organizações da economia social.

Além de ser um instrumento para provocar transformações organizacionais, enriquece o processo de tomada de decisões e implica que mais democracia significa mais visões. Sem o seu cumprimento, a democracia desvanece-se.

A primeira é que a pandemia foi particularmente crítica para a democracia e afectou negativamente o excesso de virtualidade, e a segunda é que a participação democrática não se resume ao voto.

### **Democracia sob ameaça e insuficiente**

A questão surge da minha participação como convidado em várias assembleias, a mais alta hierarquia institucional e espaço democrático, onde tenho notado com alguma preocupação que a importância do voto é realmente relativa, se não mesmo insignificante.

Por outras palavras, a democracia não está de boa saúde. A adesão doutrinal é elevada, mas a satisfação com a sua implementação e funcionamento é baixa.

A prática democrática nas cooperativas e mútuas é utilizar um mecanismo eleitoral chamado "voto por aclamação" ou "voto cantado" ao tratar e considerar o ponto da ordem de trabalhos sobre a renovação e/ou eleição de membros do conselho e administradores em cooperativas, e de órgãos de gestão e supervisão em mútuas.

A observação deste mecanismo levanta a questão: o que não aconteceu, e esta prática eleitoral é prejudicial?

Especificamente, envolve a apresentação de uma moção devidamente apoiada para votar na lista de candidatos sugerida pelo actual conselho de administração, que está a ser renovada e inclui o sindicato.

Este procedimento é legal, de acordo com as regras estabelecidas nos estatutos, no regulamento interno das eleições e/ou pela decisão tomada na assembleia, mas é notável que a votação seja feita por braços erguidos e que se chegue sempre a uma decisão unânime.

O resultado unânime é registado na acta da assembleia, mesmo que nem todas as mãos tenham sido levantadas, ou seja, não é feita qualquer pergunta e as abstenções não são contadas.

Uma moção que, apelando às emoções dos associados, é normalmente feita por aqueles que mais falam, falam bem, são lisonjeiros, aplaudem permanentemente, são contido e se consideram mais simpáticos ou engraçados.

Trata-se de um mecanismo de obsessão que reduz a legitimidade e apela a uma retórica de direitos institucionais para encobrir práticas de não-participação.

Em alguns casos, os mais raros, observei que a moção nem sequer provinha dos membros da assembleia, mas da própria presidência da assembleia e/ou dos conselheiros.

São os conselheiros e directores que devem ser encarregados de vindicar os princípios democráticos e a sua aplicação institucional, com maior empenho e menos apatia pela democracia.

### **Democracia degradada**

Considero que a implementação abusiva do "voto por aclamação" ou "cantado" automático de voto está a enfraquecer a legitimidade da liderança, limitando a expressão e retirando o interesse do associado em participar, tanto para integrar os conselhos de administração ou gestores, sindicatos ou supervisão, como para a participação nas assembleias.

Embora não seja novidade, também percebi que em algumas ocasiões o voto expresso foi inventado, encorajado e acelerado pelo anúncio "...está pronto ou o barbecue está a arder...".

Desmotivação e indiferença que geram distância por falta de participação activa que naturalmente afasta os associados das suas responsabilidades para com a organização de que fazem parte e proprietários, levando a uma fraqueza chamada "crise de representação".

Como uma personalização de posições em detrimento de cooperativas e mútuas. Fraqueza que deixa perguntas, arrependimentos ou frases reveladoras "...porque vim aqui?", "...não ousou dizer o que penso...", "...não ousou dizer o que penso...", "...voto à mão...". "auto-censura e pessimismo que se entende como os acordos de uns poucos.

Em relação ao tema da participação, participei em assembleias muito formais de cooperativas com uma grande dimensão empresarial, onde me impressionou o facto de nenhum membro se ter pronunciado sobre questões discutidas na assembleia com debates simplificados. A única pergunta feita pelo presidente depois de o ponto ter sido relatado foi "está aprovado?" e sem um "sim aprovado", com um alto "sim aprovado", passaram para o próximo ponto da ordem do dia.

### **A votação por aclamação é prejudicial?**

Votar por aclamação" esvazia a democracia e distorce o seu significado.

A digitalização anterior deixa silenciadas as vozes de muitos membros, concentra o poder e tende a dar lugar a uma certa liderança consanguínea fechada e interessada na continuidade com reeleições indefinidas por aclamação de auto-perpetuação nos seus cargos, pondo um travão a possíveis mudanças nos conselhos de administração ou gestores, sindicatos ou órgãos de supervisão.

Sobre a questão das reeleições, os critérios políticos de se agarrar ao cargo e não ver a sensação de deixar o poder ou o valor da alternância são copiados. Isto vai contra a distância ideal de intervenção na actividade de liderança.

A falta de deliberação e o facto de os mesmos líderes estarem entrincheirados nas suas posições durante tantos anos seguidos significa que começam a agir como se fossem os proprietários das organizações, conduzindo a lideranças hereditárias. Tais casos hereditários são raros, mas existem na Argentina.

### **Democracia alargada**

Nas democracias, a alternância de liderança é saudável e a autocracia é o oposto. Sobre este aspecto recordamos o economista John Maynard Keynes que acreditava que "os funcionários públicos e os políticos, tipicamente homens mais velhos, eram dominados pelos seus acontecimentos imediatos e davam pouco espaço a novas ideias". (Arana Mariano. Keynes y la política económica nacional, Página 12, suplemento cash nº 1654, 06-02-22, página 8).

Isto é mau para a verdadeira democracia e o número de membros que votam nas assembleias estagnar-se-á ou diminuirá se este método de eleição continuar, o que dificulta especialmente a participação dos jovens e das mulheres.

Porque não satisfaz os desejos e expectativas dos membros. Realidade e dados que são expressos no balanço social e que devemos analisar.

Votar por aclamação" não é compatível com o espírito de valores e princípios cooperativos e mútuos, porque corrói ou cansa a democracia, força o consenso e aumenta a probabilidade de se cometerem erros.

Está também frequentemente ligado ao voto programado como instrumento para ganhar vantagem nas eleições para os detentores do poder.

À pergunta colocada, defendo que a prática de "votar por aclamação" é prejudicial e gera descontentamento nas eleições de liderança. Trata-se de ser, não de fingir ser democrático.

### **Maior compromisso com a democracia**

É importante renovar e reavaliar o evento eleitoral nas assembleias, pois não se trata apenas de um acto simbólico, mas também de um efeito de alavanca para uma democracia substantiva que não se esgota na votação.

Uma vez que o voto livre, voluntário, nominal, secreto, depositado numa urna de voto, cultiva a esperança, a coexistência pluralista, reduz as tensões, une o tecido social, e liga o membro no processo associativo de mútuos e cooperativas.

O voto nominal, secreto e seguro é parte da democracia que favorece a liderança inclusiva. Aumenta a participação consciente e dá aos conselheiros e administradores eleitos maior legitimidade democrática, vitalidade e autoridade institucional concedida pela base de membros presentes nas assembleias.

Sublinho a importância da privacidade e do carácter secreto do voto, para que não tenha repercussões negativas para os membros que votam. Também melhora e reforça a eleição de líderes emergentes.

"O voto é a expressão directa da confiança, dou-vos a minha confiança para que possais ser a minha voz, tomar decisões por mim e representar os desejos e interesses colectivos" (Fabián Cando Pimbo, Equador, ano 2021).

A urna de voto exige que os candidatos propostos sejam explícitos e persuasivos sobre as suas propostas e ideias.

Por outro lado, o "voto por aclamação" ou "voto cantado" é por vezes justificado e proposto por razões de simplicidade, praticidade, disponibilidade de tempo de reunião, ou em outras ocasiões, mais raramente, devido à gestão intencional e centralizada do poder, que enfraquece as energias

organizacionais, o cepticismo, apatia e indiferença.

No caso das mútuas, fica estabelecido que, no caso de uma lista única, esta será proclamada directamente, como estabelecido no artigo 23: "A eleição e renovação das autoridades será realizada por voto secreto, pessoalmente ou por correio, excepto no caso de uma lista única, que será proclamada directamente no acto eleitoral...". Contudo, embora seja legal, sugerimos, mesmo que exista uma lista única, que seja nomeada uma comissão de escrutínio e que a lista única seja votada numa urna de voto.

Dado que a metodologia eleitoral de aclamação e proclamação alimenta a distância dos líderes eleitos nas entidades da economia social em relação aos membros e, portanto, mina a institucionalidade e legitimidade.

### **Regressão democrática**

Durante a sua recente visita apostólica à Grécia (4-6 de Dezembro de 2021), o Papa Francisco identificou a indiferença individualista pela realidade em que vivemos como uma das causas da "regressão democrática".

### **Outra escola de pensamento**

Alguns líderes e peritos rejeitam esta interpretação ou ponto de vista, argumentando que a distância entre representantes e parceiros representados é um aspecto central das democracias modernas. Salientam também que a votação secreta não confere legitimidade ao sistema. Uma posição que respeitamos, mas que não partilhamos.

### **Não fugir à urna de voto**

Seguindo as orientações decisivas dos princípios de cooperação e doutrina mútua que mencionámos no início desta nota, a democracia deve ser construída a favor da participação e do empoderamento associativo, com ênfase na metodologia da designação das comissões de escrutínio, retirando as urnas e chamando cada membro, activo no caso das mútuas, acreditado na assembleia para votar por escrutínio secreto.

Creio que a assembleia é o espaço institucional mais importante e representativo para debater e acordar ideias, que é reforçado pela plena democracia na eleição dos seus líderes.

Finalmente, a sugestão é: não se esquivar às urnas, votar mais em segredo e aplaudir menos porque precisamos de mais e melhor democracia.

*\* Eduardo Héctor Fontenla é licenciado em Cooperativismo e Mutualismo pela Universidad del Museo Social Argentino e em Ciência Política e Governo pela Universidad Nacional de Lanús. Após um extenso percurso internacional em Desenvolvimento e Cooperativismo, o docente argentino é hoje uma referência incontornável na América Latina.*